

Futebol catarinense fora das quatro linhas: uma análise da evidenciação contábil e do desempenho econômico-financeiro¹

DOI: 10.4025/enfoque.v44i3.67049

Gabriel dos Santos da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: gabriel300899@gmail.com

Fábio Minatto

Doutor em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: fabio_minatto@hotmail.com

José Alonso Borba

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)
Mestre em Contabilidade Gerencial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Professor no Departamento de Ciências Contábeis e no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: j.alonso@ufsc.br

Recebido em: 09.02.2023

Aceito em: 16.05.2023

2ª versão aceita em: 11.07.2023

RESUMO

Objetivo: O objetivo desta pesquisa é examinar a relação entre o nível de evidenciação em atendimento à NBC ITG 2003 (R1) e o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol.

Método: A população compreende os clubes de futebol profissional do estado de Santa Catarina em atividade entre 2013 e 2020. A amostra contempla os clubes que publicaram suas demonstrações anuais em pelo menos cinco anos. Ainda, segrega-se a amostra em clubes grandes e pequenos, de acordo com o número de títulos estaduais. Para medir o nível de evidenciação, utiliza-se *checklist* desenvolvido com base na NBC ITG 2003 (R1), a partir da divulgação das demonstrações contábeis dos clubes.

Originalidade/Relevância: Os clubes catarinenses de futebol apresentam relevância econômica, social e esportiva no contexto nacional, ao passo que estudar o nível de evidenciação e elementos econômico-financeiros pode destacar a contribuição econômica deste setor para a economia e a respectiva divulgação destas informações.

Resultados: Os resultados indicam que o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado foram os demonstrativos mais publicados, enquanto a Demonstração do Resultado Abrangente foi o menos divulgado. Com relação ao nível de evidenciação, encontra-se um nível médio de 37% para os clubes grandes e 10% para os pequenos. Adicionalmente, contextualiza-se o cenário econômico-financeiro destas organizações, sendo que os resultados indicam que mais de 60% destas tem passivo a descoberto e resultados econômicos negativos. Com relação aos resultados dos modelos econométricos, aponta-se que a principal característica para discriminar o nível de evidenciação foi o tamanho do clube.

Contribuições teóricas/metodológicas/práticas: Diante do exposto, a pesquisa tem como contribuição apresentar o panorama de clubes de futebol em relação aos itens demandados na NBC ITG 2003 (R1). Assim, analisa-se elementos relacionados ao desempenho financeiro e sua divulgação em organizações esportivas.

Palavras-chave: Clubes de futebol; Evidenciação; NBC ITG 2003 (R1).

Santa Catarina football outside the field of play: An analysis of accounting disclosure and economic-financial performance

ABSTRACT

Objective: This research aims to examine the relationship between the level of disclosure in compliance with the NBC ITG 2003 (R1) and the economic and financial performance of football clubs in Santa Catarina.

Method: The population comprises professional football clubs in Santa Catarina in activity between 2013 and 2020. The sample includes clubs that have published their financial statements for at least five years. Also, the sample is segregated into large and small clubs according to the number of state titles. We measure

¹ O artigo foi apresentado no XLVI Encontro da ANPAD, em 2022.

the level of accounting disclosure based on a checklist developed based on the NBC ITG 2003 (R1) is used based on the disclosure of the financial statements of the clubs.

Originality/Relevance: Football clubs from Santa Catarina have economic, social and sporting relevance nationally. Studying the level of disclosure and economic-financial elements can complement studies dealing with national and international clubs.

Results: The results indicate that the Balance Sheet and the Income Statement were the most published, while the Statement of Comprehensive Income was the least disclosed. Regarding the level of disclosure, there is an average level of 37% for large clubs and 10% for small clubs. Moreover, the economic scenario of these organizations is contextualized, and the results indicate that more than 60% of them have negative equity and financial results. Regarding the results of the econometric models, it is pointed out that the main characteristic of discriminating the level of disclosure was the size of the club.

Theoretical/Methodological/Practical Contributions: The research intends to contribute to the panorama of these organizations about the items demanded in the NBC ITG 2003 (R1). In this way, it is possible to identify the main disclosure gaps so that stakeholders act and organizations raise their level of disclosure.

Keywords: Football Clubs; Disclosure; NBC ITG 2003 (R1).

1 INTRODUÇÃO

O futebol é considerado um dos principais fenômenos socioculturais do século XXI, já que influencia diversos âmbitos da sociedade, como o político, cultural, social e econômico (Zambom-Ferraresi et al., 2017). O esporte, de modo geral, constrói vínculos emocionais entre torcedores e clubes (Iago dos Santos et al., 2020; A. G. C. Pereira et al., 2015), o que viabilizou, em especial para o futebol, normalmente associado a um contexto de entretenimento e lazer, fosse transformado em um grande negócio (Costa et al., 2008; Lourenço, 2011).

Tal fenômeno torna-se perceptível pela movimentação de recursos gerada, por meio da venda de jogadores, marketing, bilheteria dos jogos e direitos televisivos (Dantas & Boente, 2011). De acordo com o relatório Impacto do Futebol Brasileiro, produzido pela consultoria Ernst & Young Global Limited (EY), com dados de 2018, a cadeia produtiva do futebol brasileiro movimentou, direta e indiretamente, um total de R\$ 52,9 bilhões na economia, o que representou 0,72% do produto interno bruto (PIB) nacional (CBF, 2019).

Diante desta evolução, os clubes ganharam relevância na economia brasileira. Deste modo, foram elaboradas legislações e outras regulamentações com o objetivo de torná-los mais transparentes e incentivar a profissionalização do setor. A partir da Lei nº 10.672/03, os clubes ficaram obrigados a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de cada período, após terem sido auditadas por firmas externas. Outra norma importante foi a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2003, que estabeleceu novos procedimentos e a estruturação das demonstrações contábeis (Gabizo de Oliveira & Paulo Andrade, 2018). Assim, as legislações influenciaram no aumento da divulgação e regularam como ela deve ser feita (Holanda et al., 2012; Martins & Santos, 2022).

As informações financeiras dos clubes de futebol interessam a um diverso grupo de usuários, como torcedores, associados, gestores, credores, investidores e as instituições governamentais (Anagnostopoulos, 2011; Buchholz & Lopatta, 2017). Essas informações são fundamentais para a tomada de decisão dos usuários e para o processo de análise, visto que evidenciam o desempenho e a situação financeira da entidade (Raschka et al., 2010).

No âmbito acadêmico, a análise do nível de evidenciação das informações econômico-financeiras é tema recorrente em estudos sobre clubes de futebol. (Raschka et al., 2010) analisaram a aderência às práticas contábeis, através da evidenciação das demonstrações contábeis em clubes paulistas de futebol. Já Gabizo de Oliveira e Paulo Andrade (2018) verificaram a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) ITG 2003 nos demonstrativos contábeis de clubes de futebol do Rio de Janeiro. Finalmente, Martins e Santos (2022) analisaram a relação entre os desempenhos econômico-financeiro e esportivo e o nível de evidenciação afeto a ITG 2003 em clubes brasileiros de futebol.

Ainda, pesquisas analisaram, especificamente, os clubes de futebol do estado de Santa Catarina, como Frey e Zaia (2015). Os autores investigaram se as demonstrações contábeis dos clubes integrantes do campeonato catarinense de 2012 estavam de acordo com a legislação contábil. Adicionalmente, Paulo (2018) examinou a evidenciação contábil dos ativos intangíveis em três clubes catarinenses.

Neste estudo, pretende-se ampliar a análise destes estudos, ampliando-se a amostra e o período analisado. Ainda, aborda-se, além dos aspectos relacionados à evidenciação, o panorama da situação econômico-financeira. Desta forma, tem-se maior amplitude de análise, visto que clubes de menor expressão comumente não são abordados nas pesquisas acadêmicas. Finalmente, busca-se verificar se houve evolução da evidenciação e desempenho econômico-financeiro no decorrer dos anos.

Deste modo, tem-se como objetivo desta pesquisa examinar a relação entre o nível de evidenciação em atendimento à NBC ITG 2003 (R1) e o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol. Utiliza-se o instrumento de pesquisa proposto no estudo de Souza et al. (2016) e empregado na análise de Martins e Santos (2022).

A Federação Catarinense de Futebol (FCF) ocupa o sexto lugar, entre as 27 participantes, no ranking nacional das federações de 2022, em que a pontuação representa a somatória de pontos de todos os seus clubes filiados (CBF, 2021a). Ademais, de acordo com o ranking nacional dos clubes deste mesmo ano, o estado tem cinco times entre os primeiros 50 colocados (CBF, 2021b). Esta organização, no âmbito do estado de Santa Catarina, é responsável pelo desenvolvimento do futebol amador e profissional.

Em 2018, o estado de Santa Catarina era o segundo estado brasileiro com mais clubes registrados na CBF, com agremiações em 14% dos municípios (CBF, 2019). Esses clubes geram empregos, diretos e indiretos, prestam serviços, além de impactarem na arrecadação de impostos, contribuindo para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva.

Depreende-se a relevância destes clubes no segmento esportivo, na economia e a importância da evidenciação para tomada de decisão e fiscalização dos usuários da informação, entre eles os investidores, torcida, credores, gestores e governo. Assim, a contribuição da pesquisa está na apresentação dos cenários de cumprimento das normas e da situação econômica, o que possibilita a identificação aos clubes e partes interessadas as lacunas de divulgação e panorama econômico-financeiro dessas organizações.

Finalmente, a COVID-19 influenciou sobremaneira os clubes de futebol, já que a impossibilidade de público nos estádios durante determinado período impactou suas finanças e o desempenho esportivo (Gouveia & Pereira, 2021; Kennedy & Kennedy, 2020; Maguire, 2021; Reade & Singleton, 2021). Aponta-se que as receitas obtidas com os jogos, especificamente os planos de associados e bilheteria, foram as mais impactadas durante a pandemia (Maguire, 2021). Deste modo, como foram utilizados dados econômico-financeiros de 2020 nesta pesquisa, espera-se que haja influência da pandemia nas análises empregadas.

As citadas contribuições esperadas relacionam-se com estudos que analisam normativas que se aplicam aos clubes de futebol, como Raschka et al. (2010), Souza et al. (2016), e Lins e Rêgo (2019), e estudos de análise econômico-financeira, como Pereira et al. (2015) e Piva et al. (2020). Desta forma, o presente trabalho busca abordar o panorama da evidenciação contábil dos clubes catarinenses de futebol, com a análise de quais relatórios e demonstrações financeiras eles divulgam, e se estes atendem a norma ITG 2003 (R1).

2 REVISÃO DA LITERATURA

O principal objetivo da contabilidade é fornecer informações econômicas relevantes para diversos tipos de usuários, de maneira a permitir que tomem suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança (Iudícibus, 2010). Esses usuários podem ser internos ou externos, destacando-se os gestores, investidores, governo e instituições financeiras (Piva et al., 2020).

Como existe uma miríade de tipos de usuários da informação contábil, exige-se uma maior preocupação, por parte dos profissionais da área, em relação a divulgação ou evidenciação dessas informações de forma transparente e compreensível (A. C. Pereira et al., 2005). A informação contábil é fundamental para diversas áreas organizacionais, entre elas o processo de avaliação, políticas de investimento e financiamento e até mesmo para os órgãos reguladores e fiscalizadores (Piva et al., 2020).

Com relação a contabilidade no esporte, destaca-se a relevância da lei nº 10.672, a qual alterou alguns dispositivos da Lei Pelé. Ela é considerada um marco na profissionalização das agremiações desportivas, pois promoveu a inserção dos princípios a serem observados pelas entidades, destacando-se os princípios da transparência financeira e administrativa (C. A. T. Silva et al., 2009). Fundamentalmente, a partir dela, os clubes são obrigados a divulgar suas demonstrações financeiras devidamente auditadas (Frey & Zaia, 2015).

Nos primeiros anos após esta exigência, as demonstrações financeiras não eram comparáveis devido à ausência de padronização e de uma norma específica para o setor. Por isso, visando trazer maior transparência e confiabilidade as demonstrações, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Resolução nº. 1.005/04, aprovando a NBC T 10.13, que estabeleceu procedimentos específicos de avaliação, registros e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades desportivas profissionais, criando assim um padrão a ser seguido (Silva et al., 2009).

A Lei nº 12.395, de 2011, alterou algumas disposições da Lei Pelé, entre elas a redação do Art. 46-A, estabelecendo legalmente o CFC como órgão definidor dos padrões e critérios para elaboração das demonstrações financeiras e estipulou a obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis no sítio eletrônico da própria entidade ou liga desportiva (Brasil, 2011).

Em 2015, foi aprovada a Lei nº 13.155, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE), que estabeleceu princípios e práticas de responsabilidade fiscal, financeira e de gestão, além de criar o parcelamento de dívidas tributárias com a União, a partir do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), visando promover a gestão transparente e o equilíbrio financeiro dos clubes de futebol (Lemos Umbelino et al., 2019). Foi incorporada uma revisão e atualização da NBC T 10.13, gerando a ITG 2003, aprovada em 2013 pela resolução CFC 1.429. Em 2017, foi aprovada e realizada uma nova modernização desta norma, passando a ser ITG 2003 (R1). Esta última alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Interpretação Técnica Geral 2003 (R1) estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e estrutura das demonstrações das entidades de práticas desportivas profissionais e não profissionais. A norma possui 17 itens, divididos em objetivo, alcance, registros contábeis, controles de gastos com formação de atletas e demonstrações contábeis (CFC, 2017).

Por fim, no ano de 2021 entrou em vigor a Lei nº 14.193/21, que possibilita que os clubes de futebol se tornem empresas, através da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). A legislação prevê que as SAFs podem pedir recuperação judicial, negociando suas dívidas no poder judiciário, além de autorizar que os clubes emitam debêntures como forma de financiamento para atrair investidores (Cocconeri, 2021). A lei criou também um regime tributário específico, em que o clube-empresa pagará impostos diferentes de associações civis sem fins lucrativos e empresas comuns (Capelo, 2021).

Com relação aos estudos relacionados que abordaram especificamente a evidenciação de informações contábeis em clubes de futebol, aponta-se que as autoras (Raschka et al., 2010) analisaram as demonstrações contábeis de 2005 a 2008 dos quatro clubes paulistas de futebol com maior número de torcedores, sendo eles o Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras e Sport Club Corinthians Paulista, com a finalidade de analisar a aderência com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil. Baseado na NBC T 10.13, na Lei nº 6.404/76 e suas alterações e na Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé), as autoras criaram um índice utilizado para avaliar a aderência. Os resultados verificaram que, com exceção do Corinthians em 2007 e 2008, os clubes analisados aderiram às práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

Já Souza et al. (2016) constataram a falta de uniformidade na apresentação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol da série A do campeonato brasileiro de 2013, devido à não observância aos preceitos estabelecidos na NBC ITG 2003. Isso dificulta a interpretação dos registros contábeis e a avaliação do patrimônio das entidades, aumentando o risco de uma tomada de decisão errada.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, o estudo de Lins e Rêgo (2019) constatou, nos clubes do campeonato brasileiro de futebol da série A de 2017, que não há uma uniformidade na publicação das demonstrações financeiras, devido a inobservância da norma ITG 2003 (R1), principalmente quanto a DRA. Identificou-se, também, que o nível de aderência dos clubes a referida norma foi na média de 50%.

Já a pesquisa dos autores Piva et al. (2020), teve como objetivo analisar a relação entre o nível de evidência contábil e os desempenhos financeiro e esportivo dos clubes brasileiros de futebol, entre 2013 e 2015, que disputaram as séries A, B ou C, e que apresentaram todas as demonstrações contábeis desse período. Somente através da análise de regressão defasada, que os resultados demonstraram associação entre o nível de evidência contábil e as variáveis financeiras rentabilidade e endividamento. Já a relação positiva com o desempenho esportivo foi verificada na regressão e regressão defasada.

A COVID-19 afetou diversos setores da economia, não sendo diferente com o esporte. Destaca-se que Maguire (2021) abordou as principais receitas e despesas dos clubes ingleses e como estas foram afetadas pela pandemia. Encontrou-se como principais resultados que mesmo com o retorno dos torcedores para o estádio, caso não haja uma alteração da estrutura de custos e incremento de receitas, os problemas sistemáticos do setor permanecerão.

Finalmente, Martins e Santos (2022) verificaram que o nível de evidência dos clubes de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2018 foi de 68,66%, de acordo com a ITG 2003. Concluíram também que o desempenho esportivo influencia no nível de disclosure pois a variável Ranking da CBF se mostrou tendo uma relação positiva e significativa estatisticamente. Do resultado do desempenho econômico-financeiro, a Liquidez Geral é um dos fatores que podem influenciar no nível de disclosure dos clubes, mostrando significância estatística.

Em síntese, observa-se aspectos convergentes nos resultados das pesquisas, como a falta de transparência e uniformidade das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros, a relação positiva entre o nível de evidência com a performance esportiva e que o desempenho econômico-financeiro pode influenciar no nível de disclosure.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população deste estudo compreende os clubes catarinenses de futebol profissional em atividade entre 2013 e 2020. O período de coleta dos dados contemplou os meses de janeiro a março de 2022. Deste modo, o período de análise é justificado com base na disponibilidade dos dados no momento da coleta. Totaliza-se 45 clubes, conforme tal critério. A amostra desse estudo equivale aos clubes que divulgaram, pelo menos, cinco relatórios anuais, no período analisado. Deste modo, 19 clubes compuseram a amostra do estudo.

Na Tabela 1 estão relacionados os 19 clubes que compõe a amostra, bem como suas respectivas cidades de origem e o número de participações em cada série do Campeonato Catarinense e do Brasileiro, durante o período analisado.

Tabela 1
Composição da amostra.

Clube	Cidade	Estadual			Brasileiro			
		Série			Série			
		A	B	C	A	B	C	D
Avai Futebol Clube	Florianópolis	8	0	0	3	5	0	0
Associação Chapecoense de Futebol	Chapecó	8	0	0	6	2	0	0
Barra Futebol Clube	Balneário Camboriú	0	5	3	0	0	0	0
Brusque Futebol Clube	Brusque	6	2	0	0	0	1	4
Camboriú Futebol Clube	Camboriú	2	6	0	0	0	0	0
Clube Atlético Metropolitano	Blumenau	6	2	0	0	0	0	5
Clube Atlético Tubarão	Tubarão	4	4	0	0	0	0	3
Clube Náutico Marcílio Dias	Itajaí	4	4	0	0	0	0	2
Concórdia Atlético Clube	Concórdia	2	6	0	0	0	0	0
Criciúma Esporte Clube	Criciúma	8	0	0	2	5	1	0
Esporte Clube Internacional	Lages	4	3	1	0	0	0	4
Figueirense Futebol Clube	Florianópolis	8	0	0	3	5	0	0
Fluminense Futebol Clube	Joinville	0	4	3	0	0	0	0
Futebol Clube do Porto	Porto União	0	4	4	0	0	0	0
Grêmio Esportivo Juventus	Jaraguá do Sul	3	5	0	0	0	0	0
Guarani de Palhoça Futebol	Palhoça	3	5	0	0	0	0	1
Hercílio Luz Futebol Clube	Tubarão	2	6	0	0	0	0	1
Joinville Esporte Clube	Joinville	8	0	0	1	3	2	2
Sport Club Jaraguá	Jaraguá do Sul	0	2	6	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a realização da coleta de dados, sucederam-se pesquisas na seção “financeiro” do website oficial da Federação Catarinense de Futebol, bem como nos websites oficiais dos clubes participantes da amostra. Foram analisadas as demonstrações financeiras de cada exercício, especificamente, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE) de cada agremiação esportiva. Para tanto, utilizou-se o checklist, adaptado do estudo de Souza et al. (2016) e utilizado por Neis (2021) e Martins e Santos (2022). Este instrumento de pesquisa foi elaborado de acordo com a Resolução CFC número 1.429/2013, que aprovou a norma ITG 2003, com o intuito de verificar o nível de aderência e evidenciação desta norma por parte dos clubes analisados, a partir da divulgação de suas respectivas demonstrações. Na Tabela 2, apresenta-se o instrumento de pesquisa.

Tabela 2
Checklist com itens da NBC ITG 2003.

Itens Avaliados		Normatização
Item	Demonstrações obrigatórias NBC ITG 2003	
1	Balanço Patrimonial	
2	Demonstração do Resultado	
3	Demonstração do Resultado Abrangente	
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Item 16 da NBC ITG 2003
5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	
6	Notas Explicativas	

Continua

Continuação da Tabela 2

1 Balanço Patrimonial NBC ITG 2003		
1.1	Segregação da atividade desportiva profissional das demais (contas patrimoniais)	Item 17 da NBC ITG 2003
1.2	Valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (Ativo Intangível)	Item 4 a da NBC ITG 2003
1.3	Aquisição de direitos contratuais sobre atletas (Ativo Intangível)	
1.4	Renovação de contratos com atletas (Ativo Intangível)	
1.5	Arrecadação antecipada (Passivo Circulante ou não circulante)	
1.6	Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 11 da NBC ITG 2003
1.7	Antecipação contratual a atleta	Item 12 da NBC ITG 2003
1.8	Direito de transmissão e de imagem	
1.9	Patrocínio	
1.10	Publicidade	Item 11 da NBC ITG 2003
1.10	Luva	
2 Demonstração do Resultado do Exercício NBC ITG 2003		
2.1	Segregação da atividade desportiva profissional das demais (receitas, custos e despesas)	Item 18 da NBC ITG 2003
2.2	Valores gastos que não estejam diretamente relacionados com a formação de atletas (despesa)	Item 5 da NBC ITG 2003
	Contas específicas de receita:	
2.3	Multa rescisória recebida pela liberação do atleta	Item 9 da NBC ITG 2003
2.4	Bilheteria (parte destinada à entidade)	
2.5	Direito de transmissão e de imagem	
2.6	Patrocínio	Item 10 da NBC ITG 2003
2.7	Publicidade	
2.8	Luva	
2.9	Cessão definitiva de direitos profissionais de atletas	Item 14 da NBC ITG 2003
3 Notas Explicativas NBC ITG 2003		
	Itens específicos:	
3.1	Gastos com a formação de atletas, registrados no Ativo Intangível e o valor amortizado constante do resultado do período;	
3.2	Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no Ativo Intangível, segregados o valor do gasto do da amortização;	
3.3	Receitas auferidas por atividade;	
3.4	O total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico;	Item 17 da NBC ITG 2003
3.5	Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva;	
3.6	Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e	
3.7	Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade.	

Fonte: Adaptado de Souza et al. (2016).

Para avaliar o nível de evidenciação, foi atribuído o valor 1 (um) em caso de atendimento à norma ou 0 (zero) em cenário contrário, em cada item do checklist. Como análise adicional, foram coletados a quantidade de páginas dos relatórios publicados.

Ademais, como este estudo objetiva analisar o desempenho econômico-financeiro dos clubes, foram coletados valores do BP como Ativo Circulante (AC), Ativo Não Circulante (ANC), Ativo Imobilizado,

Ativo Intangível, Ativo Total (AT), Passivo Circulante (PC), Passivo Não Circulante (PNC), Exigível Total (ET) e Patrimônio Líquido (PL). Na DRE, foram coletados os saldos da Receita Bruta (RB) e o Resultado do Exercício (RE).

Como procedimento complementar, segregou-se a amostra em clubes grandes e clubes pequenos. Os clubes grandes são: Avaí, Chapecoense, Criciúma, Figueirense e Joinville. Estes clubes têm as seguintes características: possuem mais que seis títulos do campeonato catarinense, participaram oito vezes da série A do campeonato estadual, e disputaram ao menos uma vez a série A e duas a série B do campeonato brasileiro, durante o período analisado. Os demais times foram classificados como pequenos, já que não possuem esses atributos.

Utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney para calcular a diferença de mediana nos níveis de evidenciação dos clubes catarinenses de futebol. Os grupos foram segregados de acordo com seu tamanho, isto é, comparou-se os níveis de evidenciação dos clubes grandes e pequenos.

Empregou-se o modelo de regressão para dados em painel, com o objetivo de analisar a influência do desempenho econômico-financeiro no nível de evidenciação dos clubes catarinenses de futebol. O modelo desenvolvido contempla variáveis que representam a liquidez, composição do endividamento e lucratividade. Apresenta-se o modelo desenvolvido na Equação 1.

$$EV_{it} = \beta_0 + \beta_1 LC_{it} + \beta_2 CE_{it} + \beta_3 LU_{it} + \beta_4 TAMANHO_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que, EV_{it} é o nível de evidenciação geral do clube i no período t , LC_{it} é a liquidez corrente do clube i no período t , CE_{it} é a composição do endividamento do clube i no período t , LU_{it} é a lucratividade do clube i no período t e ε_{it} é o termo de erro da regressão. Calcula-se a liquidez corrente a partir do quociente entre ativo circulante e passivo circulante, a composição do endividamento por meio da divisão do passivo circulante e exigível total e, finalmente, a lucratividade por meio do quociente entre lucro líquido e receita líquida.

Na Tabela 3, apresenta-se as variáveis, operacionalização e suporte teórico baseado na literatura de clubes de futebol.

Tabela 3
Variáveis econométricas.

Variável	Operacionalização	Suporte Teórico
Nível de evidenciação	$\frac{\text{Itens divulgados}_{it}}{\text{Total de Itens}_{it}}$	(Martins & Santos, 2022; Minatto & Borba, 2021; Souza et al., 2016)
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}_{it}}{\text{Passivo Circulante}_{it}}$	(Alaminos & Fernández, 2019; Ecer & Boyukaslan, 2014; Martins & Santos, 2022; Minatto & Borba, 2021)
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Exigível de Curto Prazo}_{it}}{\text{Exigível Total}_{it}}$	(Minatto & Borba, 2021)
Lucratividade	$\frac{\text{Lucro Líquido}_{it}}{\text{Ativo Total}_{it}}$	(Ecer & Boyukaslan, 2014; Minatto & Borba, 2021)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Finalmente, foram excluídos da amostra os relatórios dos anos de 2018, 2019 e 2020 do Figueirense, que durante esse período fez a transição para Sociedade Anônima (S/A). No entanto, o clube não divulgou nenhum relatório correspondente a essa nova estrutura, fornecendo apenas os da associação. Consequentemente, apenas para este clube, o período analisado foi de cinco anos, e não oito como os demais. Além disso, não foram considerados os dados econômicos do Brusque nos anos de 2017 e 2018, em virtude da inconsistência de valores, e os valores da DRE do Porto de 2020, pois publicaram o mesmo demonstrativo do ano anterior.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Evidenciação

De acordo com o item 16 da NBC ITG 2003 (R1), as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade desportiva profissional, são o BP, DRE, DRA, DMPL, DFC e as NE (CFC, 2017). Na Tabela 4, apresenta-se o total de divulgações das demonstrações contábeis de cada clube, durante os anos de 2013 a 2020, por conseguinte, o máximo de relatórios do período são oito, sendo um relatório por ano.

Tabela 4

Quantidade de publicações no período (2013 – 2020).

	Clube	Relatórios	BP	DRE	DRA	DMPL	DFC	NE	Média de páginas
Grande	Avaí	8	8	8	4	8	8	8	20
	Chapecoense	7	7	7	4	7	7	7	46
	Criciúma	8	8	8	7	8	8	8	25
	Figueirense*	5	5	5	5	5	5	5	26
	Joinville	8	8	8	1	7	3	0	2
Pequeno	Barra	7	7	7	2	7	2	2	18
	Brusque	8	6	7	2	2	2	2	3
	Camboriú	6	5	6	0	6	4	2	6
	Concórdia	7	7	7	0	6	6	6	9
	Fluminense	5	5	5	0	0	0	0	3
	Guarani da Palhoça	7	7	7	1	3	3	2	5
	Hercílio Luz	7	7	2	0	0	0	0	3
	Internacional de Lages	5	5	4	0	0	0	0	3
	Jaraguá	7	7	7	0	0	0	0	5
	Juventus	6	6	6	0	0	0	0	3
	Marcílio Dias	6	6	6	0	6	0	0	7
	Metropolitano	8	8	8	0	3	3	4	5
	Porto	6	5	6	0	0	0	0	3
	Tubarão	5	5	3	0	0	0	4	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: BP = Balanço Patrimonial; DRE = Demonstração do Resultado do Exercício; DRA = Demonstração do Resultado Abrangente; DMPL = Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; DFC = Demonstração de Fluxo de Caixa; NE = Notas Explicativas; * O Figueirense fez a transição para S/A, mas não divulgou nenhum relatório dela, apenas da associação. Portanto, o número máximo de relatórios para o clube é 5.

Observa-se que, de um modo geral, os clubes disponibilizaram os relatórios financeiros exigidos pela normativa durante o período. Salienta-se a média de sete relatórios divulgados por agremiação. Nesse quesito, inclusive, os clubes pequenos ficaram próximos dos grandes.

A partir da análise da quantidade de divulgação para cada demonstração, os clubes grandes com maior número de publicações foram Avaí e Criciúma. Já nos clubes pequenos, Barra, Concórdia e Metropolitano foram os destaques. As demonstrações contábeis mais divulgadas, nos dois grupos, foram o BP e a DRE. Em contrapartida, o demonstrativo menos evidenciado foi a DRA, principalmente nos clubes pequenos, onde só foi divulgado cinco vezes e em três clubes. Uma possível explicação é a ausência de resultados abrangentes a serem divulgados pelos clubes (Figueiredo et al., 2017).

Tais resultados são similares aos estudos realizados em outros contextos. Souza et al. (2016), Figueiredo et al. (2017) e Lins e Rêgo (2019), a partir de análises em clubes que disputam o campeonato

brasileiro da primeira divisão, também constataram em suas pesquisas que a DRA é o demonstrativo menos divulgado pelos clubes.

Os resultados de Leite e Pinheiro (2014) sugerem que quanto melhor o desempenho esportivo e quanto maior o valor das receitas obtidas, maior é a exposição desses clubes, o que atrai o interesse de patrocinadores e investidores. Sendo assim, faz-se necessário a divulgação de demonstrações contábeis mais transparentes, com o intuito de atender um número maior de usuários destas informações. Neste sentido, este estudo apresenta indício similar com o resultado obtido por (Piva et al., 2020), que constataram relação positiva entre o nível de evidenciação com o desempenho esportivo.

Na Tabela 5 apresenta-se o percentual médio de divulgação dos itens do checklist, conforme a resolução NBC ITG 2003 (R1), bem como a média do nível de evidenciação de cada clube. Destaca-se que, para clubes grandes, o nível de evidenciação variou de 15% e 53%, tendo um desvio padrão de 0,15 e média de 35%. Os clubes pequenos apresentaram variação de 0% e 32%, tendo desvio padrão de 0,08 e média de 10%. Portanto, os clubes grandes apresentaram maior dispersão no nível de evidenciação e maior nível médio neste quesito.

Tabela 5
Nível de evidenciação.

	Clube	DFS	BP	DRE	NE	Nível de Evidenciação
Grande	Avai	92%	0%	79%	54%	51%
	Chapecoense	81%	1%	6%	50%	28%
	Criciúma	98%	19%	22%	68%	45%
	Figueirense	100%	0%	11%	57%	34%
	Joinville	56%	5%	44%	0%	25%
Pequeno	Barra	56%	0%	4%	4%	13%
	Brusque	44%	0%	18%	0%	13%
	Camboriú	48%	0%	31%	0%	18%
	Concórdia	67%	0%	4%	7%	15%
	Fluminense	21%	0%	4%	0%	5%
	Guarani da Palhoça	48%	0%	11%	7%	14%
	Hercílio Luz	19%	0%	6%	0%	5%
	Internacional de Lages	19%	0%	21%	0%	9%
	Jaraguá	29%	0%	3%	0%	6%
	Juventus	25%	0%	18%	0%	10%
	Marcílio Dias	38%	0%	3%	0%	8%
	Metropolitano	54%	0%	0%	4%	11%
	Porto	23%	6%	8%	0%	9%
	Tubarão	25%	6%	6%	0%	8%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: DFS = Demonstrações Financeiras; BP = Balanço Patrimonial; DRE = Demonstração do Resultado do Exercício; NE = Notas Explicativas.

Com relação aos itens do BP, pode-se observar que o nível de evidenciação no período apresenta margem para evolução, visto que a maioria dos itens não foi divulgado, sendo que 14 dos 19 clubes analisados não divulgaram nenhum dos itens. Além disso, dos dez itens relacionados a esta demonstração, cinco não foram divulgados nenhuma vez, por nenhum clube da amostra, são eles: 1.4 (Renovação de contratos com atletas), 1.5 (Bilheteria), 1.6 (Antecipação contratual a atleta), 1.9 (Publicidade) e 1.10 (Luva). Os resultados de Souza et al. (2016) sugerem que os clubes brasileiros apresentaram maior divulgação neste grupo, em especial àqueles relacionados ao ativo intangível, em que os gastos dos contratos de atletas profissionais e de base estão registrados. Deste modo, há que se divulgar mais elementos desta demonstração nos relatórios de clubes catarinenses para que haja maior aproximação com o nível

apresentado pelos clubes brasileiros que disputam recorrentemente a primeira divisão do campeonato brasileiro.

Dos cinco clubes que divulgaram ao menos um item, a Chapecoense divulgou o item 1.8 (Patrocínio), somente uma vez. O Criciúma divulgou o item 1.7 (Direito de transmissão e de imagem) em todos os anos analisados e divulgou sete vezes o 1.8. Já o Joinville, divulgou três vezes o item 1.2 (Valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas) e uma o 1.3 (Aquisição de direitos contratuais sobre atletas). O Porto, por sua vez, divulgou cinco vezes o item 1.2. Por fim, o Tubarão divulgou duas vezes o item 1.1 (Segregação da atividade desportiva profissional das demais) e três o 1.2. Percebe-se que, pelo baixo nível de divulgação dos itens do BP, os clubes não atenderam aos critérios estabelecidos pela NBC ITG 2003 (R1), e, embora esta tenha sido a demonstração mais divulgada, ela foi a que mais está em desacordo com a referida norma. Uma possível explicação é a especificidade da normativa em relação ao tamanho dos clubes. Os clubes brasileiros que disputam os principais campeonatos, objetos de estudos relacionados, possuem mais patrimônio e maior necessidade de detalhamento na comparação com os clubes de Santa Catarina. Esses, por sua vez, apresentam receitas anuais relevantes em relação aos seus patrimônios, na comparação com aqueles.

Sobre a DRE, de uma maneira geral, observa-se também a falta de evidenciação, já que maioria dos clubes ficou com uma média abaixo de 20%. A exceção é o Avaí, que se destacou com uma média de aproximadamente 80%, sendo que, ressalvo os itens 2.3 e 2.8, divulgou todos os outros itens nos oito anos analisados. A partir da análise nas Notas Explicativas, percebe-se novamente uma diferença entre os clubes grandes dos pequenos, com exceção do Joinville, que não divulgou nenhuma NE, os outros clubes grandes tiveram mais de 50% na média de evidenciação. Já os pequenos, em decorrência da não divulgação deste demonstrativo, apenas quatro clubes ficaram acima de 0%, mas nenhum passou de 8%.

Já em relação ao nível de evidenciação, assim como ocorreu nas análises anteriores, os clubes grandes apresentaram um nível de evidenciação maior que os pequenos, 37% contra 10%. O clube que ficou com maior média de evidenciação foi o Avaí, com 51%. Em contrapartida, Fluminense e Hercílio Luz foram os clubes com menor média, ambos com 5%.

Os resultados desta pesquisa, quando comparados com os de Lins e Rêgo (2019), indicam que os clubes catarinenses, com exceção do Avaí, ficaram com uma média do nível de evidenciação abaixo dos clubes do campeonato brasileiro de futebol da série "A" de 2017, que na média evidenciaram cerca de 50% dos elementos indicados na norma. O estudo também verificou que os clubes com maiores médias foram o Botafogo de Futebol e Regatas e o Clube de Regatas do Flamengo, com 78,38%. Já na pesquisa de Figueiredo, Santos e Cunha (2017), os resultados indicaram um índice médio de evidenciação de 61% dos clubes da série A e 35,2% da série B, considerando o período de 2011 a 2015. Nenhum clube catarinense apresentou índice médio superior ao dos clubes da série A e apenas o Avaí o Criciúma ficaram com média superior aos da série B.

Finalmente, o estudo de Martins e Santos (2022) constatou que o nível médio de evidenciação dos clubes de futebol da série A do campeonato brasileiro de 2018 foi de 68,66%, sendo que o Flamengo apresentou maior nível de disclosure, com 82,93%, enquanto o menor foi o do Bahia, com 36,59%. Desta forma, com relação aos clubes catarinense, apenas Avaí e Criciúma apresentaram indicadores médios acima do Bahia.

Ante o exposto, percebe-se, que os clubes catarinenses possuem média de evidenciação inferior quando comparada com outros estudos já realizados em clubes grandes no cenário nacional. Espera-se que os clubes catarinenses percebam a relevância do atendimento a norma e apresentem evolução para aproximarem-se, cada vez mais, dos clubes grandes no cenário nacional. Assim, aprimorariam seu compliance e reduziram assimetria informacional com seus stakeholders.

A Tabela 6 apresenta os clubes que publicaram, ao menos, um relatório auditado. Nela, aborda-se o total de relatórios auditados, não auditados e relata se houve opiniões modificadas ou não durante o período estudado.

Tabela 6
Relatórios de auditoria e opiniões.

	Clube	Relatórios		Opinião	
		Auditados	Não Auditados	Não modificada	Modificada
Grande	Avaí	8	0	8	0
	Chapecoense	6	1	4	2
	Criciúma	8	0	7	1
	Figueirense	5	0	0	5
	Joinville	7	1	4	3
Pequeno	Barra	7	0	7	0
	Camboriú	4	2	4	0
	Hercílio Luz	2	5	2	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que todos os clubes grandes publicaram o relatório de auditoria, com exceção da Chapecoense no ano de 2014 e do Joinville em 2019. Entretanto, dos 14 clubes pequenos, durante os oito anos analisados, houve apenas 13 relatórios publicados, sendo que sete destes pertencem ao Barra. É possível que recursos financeiros limitados tenham contribuído para o diminuto número de relatórios de clubes pequenos sendo auditados neste período.

Nas colunas referentes às opiniões, tem-se a opinião modificada, quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, ou quando o(a) auditor(a) não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente (CFC, 2016) e a não modificada Destaca-se que, nos clubes grandes, o Avaí não teve nenhuma opinião modificada nos oito relatórios de auditoria, enquanto o Figueirense teve todos seus relatórios com opinião modificada, em decorrência do cálculo de depreciação dos bens, que não estavam de acordo com o pronunciamento do CPC 27. Já nos clubes pequenos, todos os relatórios de auditoria apresentaram opinião não modificada. Ressalta-se que, das 36 opiniões não modificadas, cinco delas foram com ênfase, sendo três do Avaí e duas da Chapecoense. As ênfases abordam aspectos relacionados com a continuidade operacional dos clubes. Em relação às empresas de auditorias independentes presentes nos relatórios auditados, destaca-se a ausência das empresas que compõem o grupo das Big Four, nomenclatura utilizada para se referir às quatro maiores e mais reconhecidas empresas de auditoria e consultoria do mundo, sendo elas, Ernst & Young Global Limited (EY), Deloitte Touche Tohmatsu Limited, PricewaterhouseCoopers (PwC) e KPMG International Limited.

Constata-se também a baixa variabilidade de firmas de auditoria independente utilizadas por clube, sendo que Avaí, Barra, Camboriú, Chapecoense e Hercílio Luz tiveram seus relatórios auditados pela mesma empresa durante todo o período estudado. Isso foi destaque do parecer número 2021/001 do conselho fiscal do Avaí, em que houve uma recomendação de promover a contratação de nova empresa de auditoria, visto que o clube mantém a mesma por um período superior a cinco anos, prática não recomendada por órgãos reguladores de empresas de capital aberto (Avaí, 2021). Tal recomendação foi aceita pela diretoria executiva e a empresa BDO foi contratada para realizar o serviço de auditoria externa referente a 2021.

Com relação aos resultados do presente estudo no que tange a auditoria externa, estes apresentaram aspectos similares aos de (Krauspenhar & Rover, 2020), já que os clubes participantes de divisões superiores, como a série A e B do campeonato brasileiro, publicam mais seus relatórios de auditoria. Entretanto, com relação a distribuição dos tipos de opinião, os resultados foram dissonantes, já que neste estudo houve três vezes mais opiniões não modificadas do que modificadas, enquanto na pesquisa dos referidos autores o número foi quase igual para ambas.

Finalmente, apresenta-se, na Tabela 7 o cálculo da diferença de mediana entre os níveis de divulgação. Agrupou-se os clubes de acordo com seu tamanho, o que representa a relevância econômico-financeira e esportiva.

Tabela 7
Diferença de Medianas.

Nível de Evidenciação	Mediana		P-Valor *
	Grandes	Pequenos	
Demonstrações Obrigatórias	91,7%	33,3%	< 0,0001
Balanço Patrimonial	0,0%	0,0%	< 0,0001
Demonstração do Resultado	0,0%	0,0%	< 0,0001
Notas Explicativas	11,1%	0,0%	< 0,0001
Nível de Evidenciação Geral	34,4%	9,4%	< 0,0001

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: * P-valor calculado com base no teste não paramétrico de Mann-Whitney.

Destaca-se que todas as medianas relacionadas ao nível de evidenciação foram estatisticamente distintas ao nível de 0,01%. Em especial, aponta-se as diferenças existentes nos itens de demonstrações obrigatórias, notas explicativas e no nível de evidenciação geral. Portanto, o tamanho demonstra-se uma variável importante para discriminar o nível de evidenciação das informações contábeis dos clubes catarinenses de futebol. Ou seja, os clubes grandes apresentaram maior nível de evidenciação para todos os grupos de demonstrações analisados e no geral.

Os resultados de N. O. da Silva e Freire (2019) também apontaram correlação positiva entre o nível de arrecadação e o nível de disclosure, a partir da análise de clubes brasileiros que disputaram a primeira divisão. Benin et al. (2019), ao analisarem o nível de evidenciação de indicadores não financeiros de clubes brasileiros de futebol, encontram correlação entre o tamanho dos clubes e o nível de evidenciação.

4.2 Desempenho Econômico-Financeiro

A Tabela 8 apresenta o valor médio de elementos do BP e DRE. Destaca-se que elementos mais específicos não foram apresentados pelo baixo nível de divulgação nos relatórios, em especial dos clubes menores.

Tabela 8
Estatística Descritiva.

	Clube	AC	ANC	PC	PNC	PL	RB	RL
Grande	Avaí	9.112	60.564	26.175	48.544	-5.044	39.150	-2.000
	Chapecoense	23.168	10.850	36.838	19.260	-22.102	62.572	-15.063
	Criciúma	5.012	54.993	5.853	21.284	32.868	27.406	-774
	Figueirense	8.670	32.115	41.453	35.649	-36.317	42.055	-10.150
	Joinville	4.170	9.350	13.889	18.408	-18.777	21.856	-3.135
Pequeno	Barra	1.285	207	2.282	0	-791	6.174	-1.104
	Brusque	45	28	194	8	-144	3.120	131
	Camboriú	234	31	30	0	234	453	-16
	Concórdia	168	91	95	93	71	703	93
	Fluminense	27	0	46	7	-26	184	-23
	Guarani da Palhoça	168	8.748	315	7.839	762	318	-1.966
	Hercílio Luz	782	1.242	383	527	1.114	3.287	1.685
	Internacional de Lages	33	14	3.763	2.147	-5.863	757	-588
	Jaraguá	1	5	65	72	-131	178	-22

Continua

Continuação da Tabela 8

Juventus	134	1.501	756	2.399	-1.520	323	-171
Marcílio Dias	419	110	664	4.423	-4.558	1.885	112
Metropolitano	238	1.169	1.330	5.691	-5.614	2.316	-422
Porto	5	62	62	0	5	50	5
Tubarão	351	663	5.881	124	-4.991	2.187	-4.694

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo não Circulante; PC = Passivo Circulante; Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido; RB = Receita Bruta; RL = Resultado Líquido. Valores expressos em milhares de Reais.

Observa-se que no ativo total tem-se como destaque os clubes Avaí e Jaraguá. No qual, o primeiro apresentou o maior valor médio do grupo, com R\$ 69.675.490, e o segundo, o menor valor dentre os clubes analisados, sendo de R\$ 5.998. Por outro lado, referente ao exigível total e passivo circulante, o Figueirense possui os maiores valores médios, com R\$ 77.102.605 e R\$ 41.453.328, respectivamente.

Já no patrimônio líquido, o Criciúma foi o clube que apresentou o maior valor médio, com R\$ 32.867.722, enquanto o menor pertence ao Figueirense, com um passivo a descoberto de R\$ 36.316.990. Destaca-se também que, dos 19 clubes da amostra, 17 deles apresentaram ao menos um exercício com passivo a descoberto, durante o período analisados, sendo Criciúma e Porto os únicos a possuírem PL positivo em todos os anos. Além disso, 13 clubes possuem passivo a descoberto no valor médio, o que demonstra uma situação financeira grave, já que a soma de bens e direitos não cobre o valor da soma das obrigações contraídas.

Nota-se que há uma desigualdade dos valores da receita bruta dos clubes grandes para os pequenos. Essa diferença se dá, principalmente, pela receita por direito de transmissão dos jogos, sobretudo para os times que participaram das séries A e B do campeonato brasileiro, além do fato de possuírem mais torcedores que os demais, o que reflete maiores receitas com bilheteria, publicidade e patrocínios. Destaca-se que, em decorrência da COVID-19 há influência em elementos financeiros, mas também esportivos (Gouveia & Pereira, 2021; Kennedy & Kennedy, 2020; Maguire, 2021; Reade & Singleton, 2021).

A Chapecoense foi o clube que mais se destacou na receita bruta, com o maior valor médio, R\$ 62,6 milhões, respectivamente. Entretanto, o clube apresentou o menor resultado líquido do exercício de todos, em 2019, com R\$ -50,7 milhões, devido principalmente as despesas com pessoal, no valor de R\$ -59,6 milhões. Ressalta-se que o Barra e o Guarani da Palhoça não tiveram receita no exercício de 2020, possivelmente em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, o que afetou o valor médio.

Dentre os 19 clubes que compõem a amostra, 14 deles apresentaram o resultado líquido médio negativo, sendo que todos os grandes estão nesta condição. Isso demonstra uma deficiência na geração de lucros em relação ao montante arrecadado, já que mesmo que a maioria dos clubes apresentem uma receita bruta expressiva, acabam terminando o exercício com déficit. Tal situação é similar ao apresentado para clubes de futebol no âmbito nacional (Dantas et al., 2017; Minatto & Borba, 2021) e internacional (Alaminos & Fernández, 2019; Scelles et al., 2018; Szymanski & Weimar, 2019).

4.3 Modelo de Regressão

Na Tabela 9, analisa-se a influência do desempenho econômico-financeiro no nível de evidenciação das informações contábeis dos clubes catarinenses de futebol. O modelo 1 apresenta os resultados do modelo pooled, enquanto o modelo 2 evidencia os resultados do modelo com efeitos fixos, ambos tendo como base o painel desbalanceado. Utiliza-se o modelo pooled para permitir a análise da variável tamanho, que foi importante para discriminar o nível de evidenciação com base no teste de diferença de medianas.

Tabela 9
Modelos de Regressão.

	Modelo 1	Modelo 2
Constante	0,145***	
Tamanho	0,250***	
LC	0,003**	0,001***
CE	-0,038	-0,061+
LU	0,000*	0,000***
Número de observações	116	116
R2	0,705	0,900
R2 Ajustado	0,695	0,878
AIC	-254,5	-345,7
BIC	-240,7	-285,2
Erro Padrão	Clube	Clube
Efeito Fixo Clube	Não	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: LC = Liquidez Corrente, CE = Composição do Endividamento, LU = Lucratividade. + significativa a 10%, * significativa a 5%, **significante a 1% e *** significativa a 0,1%.

Nota-se, a partir da Tabela 8, que as variáveis tamanho, liquidez e lucratividade foram estatisticamente significativas no Modelo 1. Entretanto, cabe ressaltar que os efeitos das variáveis liquidez corrente e lucratividade foram reduzidos. Deste modo, destaca-se que clubes grandes apresentaram maior nível de evidenciação contábil, sendo que a liquidez e lucratividade não apresentaram efeito relevante. Finalmente, aponta-se que a composição do endividamento não foi um determinante do nível de evidenciação dos clubes.

Com relação ao Modelo 2, destaca-se que as variáveis de liquidez corrente e lucratividade influenciaram positivamente o nível de evidenciação dos clubes enquanto o endividamento de curto prazo influenciou negativamente. Entretanto, conforme destacado no Modelo 1, os coeficientes destas variáveis foram baixos. Assim, as conclusões com relação aos efeitos do acúmulo de dívidas de curto prazo e gestão de caixa no nível de evidenciação ficam limitadas.

Os resultados de Martins e Santos (2022) sugeriram uma influência positiva da liquidez geral no nível de disclosure dos clubes brasileiros. Entretanto, outra variável de liquidez empregada naquele estudo, a liquidez corrente, não apresentou relação. A variável econômica utilizada, a margem EBITDA, também não apresentou relação no estudo citado, enquanto neste estudo a lucratividade apresentou relação significativa estatisticamente, mas com baixo impacto econômico.

A relevância do tamanho dos clubes, a qual já tinha sido importante em discriminar os níveis de evidenciação geral e específico para cada demonstração no teste de diferença de medianas, pode ser explicada em função da diferença econômica e esportiva entre eles. Os cinco maiores clubes de Santa Catarina disputaram campeonatos nacionais neste período, enquanto a maioria dos clubes pequenos apenas disputou campeonatos locais. Esta diferença esportiva faz com que exista, também, uma diferença econômica importante entre as equipes. Além disso, no cenário nacional, o tamanho dos clubes também estava associado a maiores níveis de divulgação de informações econômicas e relacionadas a subvenções governamentais (Lemos Umbelino et al., 2019).

Cabe ressaltar, também, que existem fatores relevantes que distinguem clubes de futebol de empresas convencionais. (Morrow, 2013) aponta, por exemplo, a natureza e importância das relações com os stakeholders, a lealdade dos consumidores e elevados níveis de engajamento e ativismo. Consequentemente, esses elementos influenciam o nível informacional a ser divulgado. Por exemplo, o momento esportivo do clube, caso seja negativo, pode fazer com que se exija maior nível de divulgação. Além disso, o atraso de salários, comum neste setor, também pode influenciar maior cobrança para aumentar o nível de divulgação.

Salienta-se, nesse sentido, que o nível de arrecadação foi determinante para explicar o nível de evidenciação em análises envolvendo clubes brasileiros (N. O. da Silva & Freire, 2019). Há, também, estudos que apontam para a influência do desempenho esportivo no nível de evidenciação (Martins & Santos, 2022). Nesse sentido, aponta-se que a variável tamanho neste estudo pode captar esses efeitos, já que discrimina os maiores clubes em termos de arrecadação e desempenho esportivo histórico.

Ao analisar o nível de evidenciação específico para o ativo intangível, (Pacheco & Souza, 2019) encontram relação entre o resultado do exercício e o disclosure de informações deste subgrupo. Neste estudo, apesar da significância, o efeito econômico desta variável foi diminuído.

Por fim, os modelos apresentaram poder explicativos superiores a 70%, demonstrando que os indicadores econômico-financeiros foram relevantes para explicar a variabilidade do nível de evidenciação. Com relação a multicolinearidade das variáveis, destaca-se que o VIF dos modelos obteve resultado inferior a 5. Com relação heterocedasticidade dos resíduos, os modelos foram operacionalizados com erro padrão robusto clusterizado nos clubes.

5 CONCLUSÕES

Os clubes catarinenses de futebol, além de se destacarem pelos títulos e participações nos principais campeonatos nacionais, apresentam relevância econômica, já que geram empregos, serviços e impactam na arrecadação de impostos. Assim, realizou-se o presente estudo com o objetivo de examinar o nível de evidenciação, de acordo com a NBC ITG 2003 (R1), e o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol profissional. Para alcançar o objetivo proposto, foram analisadas as demonstrações financeiras de 19 clubes, no período de 2013 a 2020.

Os clubes geralmente disponibilizam seus relatórios financeiros, mas de forma parcial, sem apresentar todas as demonstrações obrigatórias. O balanço patrimonial (BP) e a demonstração do resultado do exercício (DRE) são os demonstrativos mais comuns, enquanto a demonstração do resultado abrangente (DRA) é a menos evidenciada, possivelmente porque os clubes não possuem outros resultados abrangentes. Estudos anteriores (Figueiredo et al., 2017; Lins & Rêgo, 2019; Souza et al., 2016) apresentaram resultados semelhantes. No que tange ao nível de evidenciação das informações contábeis dos clubes de futebol catarinenses, os resultados da pesquisa apontam para um baixo nível de evidenciação, com uma média de apenas 37% para os clubes grandes e 10% para os pequenos. Esses resultados indicam que o tamanho dos clubes é uma variável importante para discriminar o nível de evidenciação.

Ao comparar os resultados da pesquisa com outros estudos, como a de Figueiredo et al. (2017) e Martins e Santos (2022), fica evidente que os clubes catarinenses estão muito aquém do exigido pela NBC ITG 2003 (R1). É essencial que os clubes melhorem a produção e a publicação das informações contábeis para que sejam úteis na tomada de decisão. Dessa forma, é necessário que os clubes de futebol catarinenses deem uma atenção maior à evidenciação das informações contábeis, a fim de atender às exigências regulatórias e satisfazer as necessidades dos stakeholders. Além disso, é importante que os clubes estejam cientes do impacto positivo que a melhoria da evidenciação pode ter nas finanças do clube e na sua reputação perante a sociedade.

Diante do exposto, percebe-se, com os resultados deste trabalho, que os clubes catarinenses de futebol necessitam desenvolver melhores práticas de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando atender as normas vigentes, melhorando a qualidade das informações evidenciadas e o nível de confiabilidade. O nível de divulgação apresentado por clubes brasileiros, apesar de não ser ideal (N. O. da Silva & Freire, 2019), pode servir como parâmetro a ser alcançado, já que está acima do nível atual dos clubes catarinenses (Martins & Santos, 2022). Destaca-se, ainda, que apenas divulgar as demonstrações não basta, sendo necessário apresentá-las de forma transparente, com informações fidedignas e relevantes.

Aponta-se que stakeholders dos clubes de futebol, como torcedores, credores, patrocinadores e governo demandam informações econômico-financeiras (Anagnostopoulos, 2011). Deste modo, ao divulgar estas informações para estes usuários, os clubes podem atrair mais patrocinadores e reduzir seu custo de capital, ao reduzir a assimetria informacional. Ainda, não cumprir o que as normativas exigem em termos de divulgação prejudica a comparabilidade dos demonstrativos (Figueiredo et al., 2017; Pacheco & Souza, 2019).

Como limitações da presente pesquisa, aponta-se que o estudo não analisou a qualidade das demonstrações contábeis e notas explicativas. O nível de evidenciação proposto apenas indica se o clube divulgou ou não determinado elemento, o que não reflete, necessariamente, que a divulgação foi transparente para o usuário da informação. Ainda, a falta de padronização das demonstrações acabou prejudicando a comparabilidade de algumas informações. Nesse sentido, as variáveis selecionadas para os modelos econométricos foram afetadas, já que informações mais específicas presentes nas demonstrações contábeis não foram incluídas. O nível de intangibilidade, variável comumente incluída nas pesquisas em clubes de futebol (Martins & Santos, 2022; Minatto & Borba, 2021; Pacheco & Souza, 2019) não foi incluída pela ausência de divulgação e registros em alguns clubes, em especial os pequenos. Finalmente, apenas foi examinado o desempenho financeiro dos clubes, não tem como enfoque o desempenho esportivo, por exemplo.

Para trabalhos futuros, sugere-se examinar o nível de evidenciação dos clubes em outros estados. Adicionalmente, analisar a qualidade das demonstrações contábeis e das notas explicativas, de modo que não se tenha como enfoque apenas a divulgação ou não dos itens, mas sim se estes realmente são transparentes. Identificar as fontes de receitas dos clubes, evidenciando como eles se financiam e quais são suas principais receitas. Ainda, investigar se os clubes-empresas possuem nível de evidenciação superior aos demais. Finalmente, pesquisas sobre os boletins financeiro dos jogos, também conhecidos como borderôs, verificar quais são as receitas, despesas e o resultado líquido de cada partida.

REFERÊNCIAS:

- Alaminos, D., & Fernández, M. Á. (2019). Why do football clubs fail financially? A financial distress prediction model for European professional football industry. *PLOS ONE*, 14(12), e0225989. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0225989>
- Anagnostopoulos, C. (2011). Stakeholder management in Greek professional football: Identification and salience. *Soccer & Society*, 12(2), 249–264. <https://doi.org/10.1080/14660970.2011.548361>
- Avaí. (2021). *Parecer do Conselho Fiscal—Avaí 2020*. Avaí Futebol Clube.
- Benin, M. M., Alberto Diehl, C., & Figueira Marquezan, L. H. (2019). Determinantes da evidenciação de indicadores não financeiros de desempenho por clubes brasileiros de futebol. *Estudios Gerenciales*, 35(150), 16–26. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2019.150.2884>
- Brasil. (2011). *Lei Nº 12.395, de 16 de Março de 2011*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm
- Buchholz, F., & Lopatta, K. (2017). Stakeholder salience of economic investors on professional football clubs in Europe. *European Sport Management Quarterly*, 17(4), 506–530. <https://doi.org/10.1080/16184742.2017.1306870>
- Capelo, R. (2021). *Senadores derrubam vetos de Bolsonaro em lei que estimula o clube-empresa no futebol brasileiro; entenda o que muda*. GloboEsporte.com. <https://ge.globo.com/blogs/blog-do-rodri-go-capelo/post/2021/09/28/senadores-derrubam-vetos-de-bolsonaro-em-lei-que-estimula-o-clube-empresa-no-futebol-brasileiro-entenda-o-que-muda.ghtml>
- CBF. (2019). *Relatório Impacto do Futebol Brasileiro*. CBF.

- CBF. (2021a). *Ranking Nacional das Federações 2022*. CBF.
- CBF. (2021b). *Ranking Nacional dos Clubes 2022*. CBF.
- CFC. (2016). *NBC TA 705*. Conselho Federal de Contabilidade.
- CFC. (2017). *Resolução n°. 1.429. ITG 2003 (R1)—Entidade Desportiva*. Conselho Federal de Contabilidade.
- Coccecone, G. (2021). *Lei do clube-empresa anima todos clubes endividados. Entenda por que*. Uol.
- Costa, F. J., Rocha, M., & de Oliveira, D. (2008). A Identificação do Torcedor de Futebol com o Seu Time: Seus Antecedentes e Suas Conseqüências para os Patrocinadores. *III Encontro de Marketing da ANPAD*, 1–16.
- da Silva, N. O., & Freire, F. de S. (2019). Mandatory Disclosure Level, Sports and Financial Performance of Brazilian Soccer Clubs. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 22(3), 334–351. https://doi.org/10.21714/1984-3925_2019v22n3a2
- Dantas, M. G. da S., & Boente, D. R. (2011). A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(13), 75–90. <https://doi.org/10.11606/rco.v5i13.34805>
- Dantas, M. G. da S., Freitas, R. M. de, Costa, M. A. A. da, & Barbosa, A. (2017). The determinants of Brazilian football clubs' debt ratios. *Brazilian Business Review, Special Issues*, 94–109. <https://doi.org/10.15728/edicaoesp.2017.5>
- Ecer, F., & Boyukaslan, A. (2014). Measuring Performances of Football Clubs Using Financial Ratios: The Gray Relational Analysis Approach. *American Journal of Economics*, 4(1), 62–71. <https://doi.org/10.5923/j.economics.20140401.06>
- Figueiredo, G. H., Dos Santos, V., & Da Cunha, P. R. (2017). Práticas De Evidenciação Em Entidades Desportivas: Um Estudo Nos Clubes De Futebol Brasileiros. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(1), 01. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v36i1.28467>
- Frey, I. A., & Zaia, R. (2015). Demonstrações Contábeis Dos Clubes De Futebol Do Campeonato Catarinense De 2012: Verificação Da Adequação À Legislação Vigente. *Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, 3(4), 12–24. <https://doi.org/10.5965/2316419003042014012>
- Gabizo de Oliveira, G., & Paulo Andrade, G. (2018). Evidenciação contábil nas entidades desportivas: Um estudo da aplicação da ITG 2.003/2013 nos clubes de futebol do Rio de Janeiro no ano de 2015. *Revista Brasileira de Contabilidade, February*, 44–57. <https://doi.org/10.21452/rbc.v.232.n.4.2018>
- Gouveia, C., & Pereira, R. (2021). Professional football in Portugal: Preparing to resume after the COVID-19 pandemic. *Soccer and Society*, 22(1–2), 103–114. <https://doi.org/10.1080/14660970.2020.1796653>
- Holanda, A. P., Meneses, A. F. de, Mapurunga, P. V. R., Luca, M. M. M. D., & Coelho, A. C. D. (2012). Determinantes Do Nível De Disclosure Em Clubes Brasileiros De Futebol. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(1), 2–17.
- Iago dos Santos, R., Da Silva, V., Everaldo Silva da Costa, C., & Sérgio Cavalcante, P. (2020). Desempenhos econômico e financeiro dos clubes de futebol participantes dos campeonatos brasileiros das séries A, B e C no ano de 2017. *CAFI - Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação*, 3(1), 67–82. <https://doi.org/10.23925/cafi.v3i1.45039>

- Iudícibus, S. de. (2010). *Teoria da Contabilidade*. Atlas.
- Kennedy, D., & Kennedy, P. (2020). English premier league football clubs during the covid-19 pandemic: Business as usual? *Soccer and Society*, 22(1–2), 1–8. <https://doi.org/10.1080/14660970.2020.1797498>
- Krauspenhar, J. H., & Rover, S. (2020). Análise dos Aspectos Formais e de Conteúdo do Relatório de Auditoria Independente dos Clubes de Futebol Brasileiros. *10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*.
- Leite, D. U., & Pinheiro, L. E. T. (2014). Disclosure of intangible assets: A study of the brazilian soccer clubs. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(1), 89–104. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v33i1.21400>
- Lemos Umbelino, W., Barroso Silva, R., Rodrigues Ponte, V. M., & Chagas Lima, M. (2019). Disclosure em Clubes de Futebol: Estudo sobre os Reflexos da Lei do PROFUT. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 7(1), 112. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2019v7n1.38074>
- Lins, M. Y. S. C., & Rêgo, T. de F. (2019). Adêrência dos Clubes do Campeonato Brasileiro a ITG 2003 (R1). *Revista Conhecimento Contábil*, 9(2).
- Lourenço, R. de O. (2011). Representação do futebol enquanto fenômeno cultural e político da Copa do Mundo 2010. *Revista Eletrônica da Pós-Graduação da Cásper Líbero-ISSN 2176-6231*, 3(2), 1–12.
- Maguire, K. (2021). Covid-19 and Football: Crisis Creates Opportunity. *Political Quarterly*, 92(1), 132–138. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12961>
- Martins, W. M., & Santos, R. R. dos. (2022). Fatores explicativos do nível de disclosure da informação contábil dos clubes de futebol brasileiros. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 9(1), 57–72.
- Minatto, F., & Borba, J. A. (2021). Insolvency in Brazilian Football Clubs: Proposition of Models Based on Neural Networks. *Brazilian Business Review*, 18(6), 624–642.
- Morrow, S. (2013). Football club financial reporting: Time for a new model? *Sport, Business and Management: An International Journal*, 3(4), 297–311. <https://doi.org/10.1108/SBM-06-2013-0014>
- Neis, J. V. S. (2021). *Evidenciação Contábil e Análise Econômico-Financeira: Um estudo nos clubes da Federação Paulista*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Pacheco, J., & Souza, M. M. de. (2019). Associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 1–28. <https://doi.org/10.18593/race.19060>
- Paulo, N. M. (2018). *Evidenciação Contábil: Uma Análise da Divulgação dos Ativos Intangíveis Em Três Clubes de Futebol do Estado de Santa Catarina*. UNESC.
- Pereira, A. C., Weffort, E. F. J., Guimarães, I. D. C., & Machado, L. D. S. (2005). Evidenciação contábil: Análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis por empresas do Estado de Goiás. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC*. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2082>
- Pereira, A. G. C., Júnior, A. C. B., Kronbauer, G. A., & Abrantes, L. A. (2015). Eficiência técnica e desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. *Reuna*, 20(2).
- Piva, T. A., Marques, J. A. V. da C., & Macedo, M. A. da S. (2020). Relação Entre O Nível De Evidenciação Contábil Dos Clubes Brasileiros De Futebol E Os Desempenhos Financeiro E Esportivo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19–34.

- Raschka, I. M., Wallner, R. J. G., & Costa, K. B. da. (2010). CONTABILIDADE ESPORTIVA: Um estudo sobre a evidenciação das Demonstrações Contábeis dos clubes paulistas de futebol. *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.
- Reade, J. J., & Singleton, C. (2021). Demand for public events in the COVID-19 pandemic: A case study of European football. *European Sport Management Quarterly*, 21(3), 391–405. <https://doi.org/10.1080/16184742.2020.1841261>
- Scelles, N., Szymanski, S., & Dermit-Richard, N. (2018). Insolvency in French soccer: The case of payment failure. *Journal of Sports Economics*, 19(5), 603–624. <https://doi.org/10.1177/1527002516674510>
- Silva, C. A. T., Teixeira, H. de M., & Niyama, J. K. (2009). Evidenciação contábil em entidades desportivas: Uma análise dos clubes de futebol brasileiros. *Congresso USP de Iniciação Científica de Contabilidade*.
- Souza, A. G. de, Sousa, W. D. de, Nascimento, J. C. H. B. do, & Bernardes, J. R. (2016). Disclosure em Demonstrações Financeiras: Um Estudo Sobre o Nível de Evidenciação Contábil de Clubes de Futebol brasileiros. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 5(3), 01–19. <https://doi.org/10.5585/podium.v5i3.163>
- Szymanski, S., & Weimar, D. (2019). Insolvencies in professional football: A German Sonderweg? *International Journal of Sport Finance*, 14(1), 54–68. <https://doi.org/10.32731/IJSF.141.022019.05>
- Zambom-Ferraresi, F., García-Cebrián, L. I., Lera-López, F., & Iráizoz, B. (2017). Performance Evaluation in the UEFA Champions League. *Journal of Sports Economics*, 18(5), 448–470. <https://doi.org/10.1177/1527002515588135>

Endereço dos Autores:

Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade

CEP: 88040-900

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil